

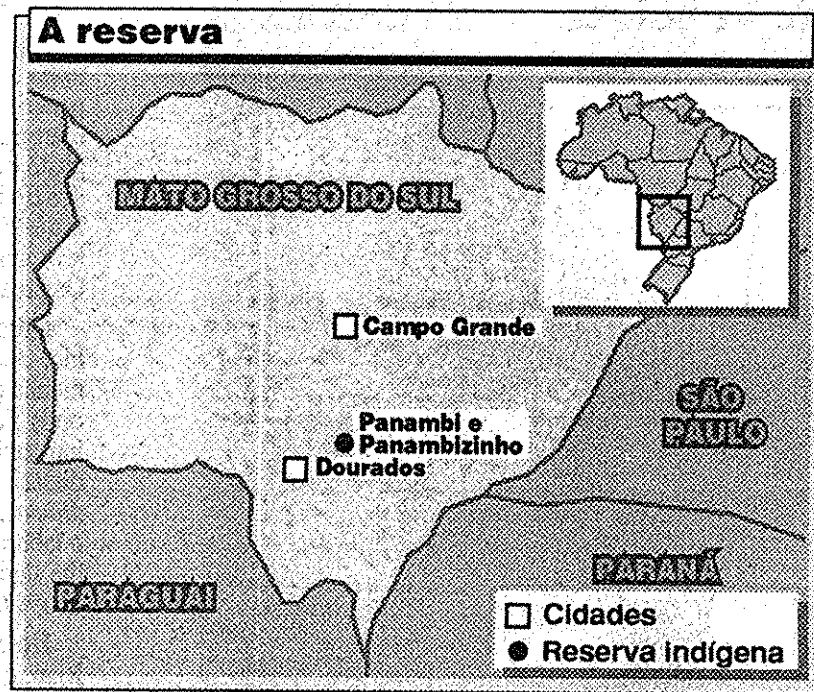
Fazendeiro ameaça enfrentar índios a bala

Ampliação de reserva dos caiuás pode gerar conflito

SÍLVIO-ANDRADE

DOURADOS, MS — O fazendeiro Dionésio Marques Rosa afirmou ontem que haverá conflito armado se os índios guaranis-caiuás, da reserva de Panambizinho, ocuparem suas terras. Dionésio é um dos 32 pequenos e médios proprietários de uma área de 1.180 hectares, tituladas pela União na década de 40, que será desocupada por determinação do Ministério da Justiça para demarcar a reserva indígena. Revoltados com a ameaça de perder as terras, os fazendeiros da região estão se organizando com a ajuda de políticos e da população urbana para impedir a demarcação.

“Isso não vai ficar de graça e pode haver derramamento de sangue. Chegamos aqui há 40 anos e desbravamos o cerrado na foice e no machado”, declarou Dionésio, ontem, a uma emissora local de televisão. Procurado por agentes da



Policia Federal, o fazendeiro desculpou-se, dizendo que foi tomado pela emoção e pelo medo de perder os 80 hectares que herdou do pai, um dos beneficiados pela colonização realizada no governo Getúlio Vargas.

A visita do ministro da Justiça,

Nélson Jobim, à reserva de Panambizinho na segunda-feira, quando assinou a portaria autorizando a Funai a demarcar as terras, provocou uma reação em cadeia. Os fazendeiros têm o apoio do deputado federal Flávio Derzi (PPB-MS), cujo pai, o ex-senador Rachid Derzi, é

um dos maiores latifundiários do estado. Derzi quer uma audiência com Jobim para tentar reverter a situação.

“O ministro veio fazer moral em cima da gente. Só um débil mental pode achar que esse bugres (índios) são os donos das terras”, reagiu Adélcio Marques Rosa, irmão do fazendeiro Dionésio. “Os invasores são eles (os caiuás), que estão em terras tituladas pelo Incra”, completou. A reserva de Panambizinho fica no distrito de Panambi, a 19 quilômetros de Dourados, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul. A maioria das propriedades que estariam dentro dos limites das terras dos índios caiuás — cuja tribo vem registrando alto índice de suicídios — tem entre 30 e 150 hectares e produz soja.

As áreas indígenas do estado foram reconhecidas pela Constituição de 1934, que assegurava aos índios a posse, mas não a propriedade. Nos anos 40 e 50, o governo federal assentou milhares de colonos na região sem levar em conta a presença dos índios.

45/12/95
496
JB
4